# 010ª CEDECONDH 25MAR2025

**Pauta:** Estratégias de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Porto Alegre.

**PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB):** (14h19min.) Boa tarde a todos e, principalmente, a todas as mulheres que participam da nossa reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, reunião proposta pela nossa querida Ver.ª Vera Armando. cumprimentar também o nosso vice-presidente Pedro Ruas. Fazendo a abertura, dia 1º de abril de 2025, às 14h18min, inicio, então, oficialmente a nossa reunião da Comissão dos Direitos Humanos. Sou o Ver. Erick Dênil, junto com o colega Ver. Giovani Culau, compomos a bancada mais jovem aqui da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A nossa comissão sempre aborda temas muito relevantes, e eu não tenho dúvida de que o tema proposto pela Ver.ª Vera Armando é um tema muito importante, principalmente, para as mulheres.

Então, de antemão, gostaria de compartilhar aqui a palavra com o Ver. Pedro Ruas, nosso vice-presidente. Em seguida, então, nós também conduziremos a palavra à Ver.ª Vera, que é a propositora aqui do nosso encontro.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

TEXTO SEM REV

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, presidente Erick Dênil, presidente desta comissão. Prezada e querida Ver.ª Vera Armando. Eu tive a oportunidade de trabalhar com a Vera na TVE, e admiro, desde sempre, seu trabalho em várias emissoras já que a acompanhei. E ela teve, presidente Erick, uma ideia muito importante. Na verdade, hoje é como se ainda fosse o mês de março, porque não tinha sessão para isso, homenageando as mulheres nas suas lutas, nas suas demandas, nas suas reivindicações. E, se a Vera me permite – a Vera Armando e o Ver. Erick Dênil –, eu saúdo as presentes na pessoa das, ou nas pessoas das Divas da Alegria, que estão aqui, que eu conheço há um bom tempo. (Palmas.) Conheço o trabalho, e sou admirador do trabalho também de vocês. Gosto muito do trabalho, e sei que é um trabalho que faz muita diferença. Dizendo isso, eu devolvo a palavra ao presidente, cumprimentando novamente a Ver.ª Vera Armando, que terminará por presidir a sessão de hoje, como é praxe nesta comissão o proponente presidir. Então, devolvo ao Ver. Erick Dênil, muito obrigado.

**PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB):** Muito obrigado, Pedro. Como de praxe, também gostaria de cumprimentar todos os assessores presentes aqui, assessoria da Vera, do Pedro, minha assessoria também, os assessores aqui da Câmara, que têm feito um ótimo trabalho pela Comissão dos Direitos Humanos, e, antes de passar para a Ver.ª Vera, gostaria também de saudar as mulheres. Nós entendemos...Quando eu recebi o convite lá no gabinete, Pedro e Vera, fiquei muito feliz, um tema muito importante: estratégia de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no município de Porto Alegre. Então, a gente sabe que o desafio das mulheres é gigante, num país onde as mulheres trabalham, têm as mesmas funções que os homens e geralmente ganham menos que os homens; num país onde existe machismo, num país onde existe desigualdade de gênero. As mulheres hoje, no Brasil, Ver.ª Vera, ocupam os espaços de menor prestígio no mundo do trabalho, então, promover melhores condições de trabalho e de salário significa também enfrentar as diferenças.

TEXTO SEM REVISÃO

Então, fico muito feliz, vereadora, quero te parabenizar publicamente pela atitude mesmo, pela ação de chamar a mulherada aqui para a Câmara de Vereadores, fazendo esse debate, e já de antemão colocamos a nossa Comissão dos Direitos Humanos a serviço das mulheres do município de Porto Alegre. E também colocamos o nosso gabinete à disposição para ajudar as mulheres nas lutas diárias e cotidianas, pela vaga na creche, por exemplo. Nós vimos também, na pandemia, que foram as mulheres que chefiaram as famílias e ajudaram a vencer esse momento difícil de pandemia, levando comida para os seus lares, se responsabilizando pela família. Então, é uma honra, Ver.ª Vera, estar aqui participando desse momento e prestigiando essa pauta tão importante e tão cara para a cidade, mas para todo o País. Então, viva as mulheres, já passo de antemão a ti, e me coloco à disposição para ajudar no que tiver ao nosso alcance. Não tenho dúvida que será uma ótima reunião, uma reunião muito produtiva, uma reunião onde, de fato, o tema é muito legítimo e importante para a nossa cidade. Obrigado, vereadora, por proporcionar isso à Comissão dos Direitos Humanos, e já estendo a palavra a ti. Muito obrigado. A Ver.ª Vera Armando está com a palavra.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito boa tarde a todos, sejam muito bem-vindos vocês que atenderam o nosso chamamento para essa reunião, para essa audiência, para esse encontro tão importante, para que a gente possa fortalecer essa rede de proteção às mulheres, trocando informações, criando muitas dúvidas e, a partir daí, que nós podemos construir um mundo mais justo, melhor e mais seguro para todas nós.

Esta reunião da Comissão de Defesa do Consumidor dos Direitos Humanos e Segurança Urbana, hoje vai tratar, então, do tema estratégias de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no município de Porto Alegre, criando, assim, um espaço para que todas nós possamos dialogar, durante esta tarde, sobre os direitos humanos de mulheres, sobretudo as que são vítimas de violência doméstica e familiar no município de Porto Alegre. Então eu saúdo a todos na pessoa do nosso presidente, o Ver. Erick Dênil, também do meu querido

TEXTO SEM REVISÃO

colega Pedro Ruas, que sempre tem palavras muito sábias e acolhedoras em todos os momentos desta Casa, e é uma alegria poder contar com a sua sabedoria, a sua experiência aqui neste Parlamento. Eu tenho a honra de registrar a presença de autoridades, de convidados especiais, pois ainda estamos sofrendo o pós-temporal aqui em Porto Alegre e muitos dos nossos convidados ainda estão presos em situações de trânsito ou tiveram dificuldade, certamente, de se dirigir até a Câmara Municipal da nossa capital. Eu saúdo e registro a presença da chefe de gabinete da deputada estadual Bruna Rodrigues, a Sra. Eriane Pacheco, representante da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Muito obrigada pela presença e convido também, por gentileza, a ocupar a Mesa. Registro e agradeço também a presença e convido para se juntar a nós a chefe da equipe do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Márcia Calixto – CRAM, para vítimas de violência, do Município de Porto Alegre, Raquel Márcico, da Prefeitura de Porto Alegre; a Sra. Priscilla Wolff Moreira, por gentileza, da Diretoria de Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde; a Sra. Luísa Susin dos Santos, assessora técnica da Diretoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Porto Alegre, também, por favor, junte-se a nós; a Sra. Giselle Hubbe, presidente da Comdepa – Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Querida Giselle, que se junta a nós. Nós temos ainda alguns espaços à Mesa e vamos preenchê-los. Como eu falei anteriormente, nós estamos aguardando ainda a presença de vereadores que foram convidados. E eu faço questão de registrar aqui que a Ver.ª Natasha Ferreira é uma das convidadas – ela, que certamente poderia dar uma colaboração muito importante a respeito da pauta das mulheres LGBTQIA+ que são vítimas de violência. Nós registramos que fizemos o convite a ela, também à Ver.ª Atena e às demais vereadoras desta Casa. Vamos ver… A Dra. Ivana Battaglin, representante do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Ministério Público, por gentileza junte-se a nós. A Dra. Karina Contiero, representante da Comissão Especial de Políticas Criminais e Segurança Pública, da OAB/RS. A Sra. Rosane Ávila, Representante da AFEET, a presidente está conosco, Associação

TEXTO SEM REVISÃO

Federativa de Executivas de Empresas de Turismo. A Sra. Andréa Brondani, da Rocha diretora-geral do Mútua RS – Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA. E temos mais um espaço à Mesa, vamos chamar as meninas aqui para se juntar a nós. A assessoria me informa que a Ver.ª Natasha está vindo, e nós ficamos muito felizes com essa confirmação.

Bom, pessoal, eu vou tentar ser o mais breve possível na minha explanação de abertura, porque, certamente, vocês têm muito a acrescentar. Então, o objetivo maior é poder ouvir cada uma de vocês, nos seus diferentes segmentos, para que a gente possa criar realmente essa rede de fortalecimento e para que possamos aprender com a experiência das associações que vocês representam aqui nesta tarde. Eu quero registrar também a presidente do Instituto Bárbara Penna, a Sra. Bárbara Penna, que tem uma trágica história de família. Seus filhos foram vítimas de infanticídio, e ela, de tentativa de feminicídio. Poderá também acrescentar com o seu depoimento. Nós vamos dividir o nosso tempo, porque nós temos um tempo regulamentar, uma média de cinco minutos para cada uma de vocês, para que possam trazer as informações. Nossa reunião hoje, objetivamente, vai seguir os seguintes passos: nós vamos ouvir as representantes das instituições convidadas acerca do fenômeno da violência contra a mulher no Município de Porto Alegre; discutir a eficiência do atendimento prestado à mulher vítima de violência doméstica e familiar pela rede de proteção social do Município de Porto Alegre e as possibilidades de avanço nas políticas públicas específicas. Quero dizer que, da minha parte, nos termos do art. 96 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, estou apresentando uma proposta de indicação ao Poder Executivo da nossa capital para a constituição do Observatório Municipal de Violência contra a Mulher, para a sistematização dos dados relativos ao fenômeno e sua análise com o escopo de subsidiar políticas públicas com precisão e eficiência. Para contextualizar, já que nós estamos aqui ao vivo, pela TVCâmara, então é importante, nesta abertura, que eu traga alguns dados. A população hoje do Município de Porto Alegre é de mais de 1,3 milhão de habitantes; deste, nós, mulheres representamos quase 720 mil habitantes. Isso significa que nós somos

TEXTO SEM REVISÃO

a maioria da população, quase 54%. Passamos, sim, por dificuldades. Há pesquisas recentes que trazem que um grande número de mulheres sofre assédio nas ruas, no trabalho, no transporte coletivo. E essa violência contra a mulher se configura com palavras, com xingamentos, com elogios que, para alguns, são elogios, mas que, para nós, são ofensas. A questão da violência física culminando com a questão do estupro e também com o feminicídio. Como bem colocou aqui o Ver. Erick, nós recebemos salários menores do que os homens em mesmas funções. E essa questão é um dos motivos que faz com que a mulher, muitas vezes, não consiga sair daquele ambiente de violência doméstica, porque ela depende economicamente desse homem. Então, nós temos que nos preocupar, sim, com essa situação, de fazer com que as mulheres, através do empreendedorismo, elas possam ingressar no mercado de trabalho, nesse mercado de trabalho, serem bem-sucedidas e poderem cuidar dos seus filhos, da própria vida, sem depender desse homem violento, opressor e criminoso.

Registro a presença das Divas da Alegria, esse grupo maravilhoso que nos acompanha durante o mandato. Esse grupo apoia mulheres em diferentes fases da vida. Parabéns pelo trabalho de vocês. Vocês fazem, realmente, uma ação extremamente positiva e têm colaborado muito para que as mulheres consigam imprimir um novo sentido na vida, isso é fundamental. Então, a Marilice, a Cherry, a Luci, a Marilene, tem mais alguma das divas que eu não citei? São elas aqui que estão conosco. Vamos citar também, representando a Ver.ª Juliana de Souza, a Sra. Rosa Helena C. Mendes, muito obrigada pela presença.

Acho que podemos começar, de imediato, conhecendo um pouco do trabalho de vocês, as orientações que vocês podem dar e também o direcionamento, como nós podemos melhorar essa rede de proteção à mulher no Município de Porto Alegre. Eu convido, então, para o seu momento de fala, a chefe de gabinete da deputada estadual Bruna Rodrigues, que representa também a Procuradoria da Mulher, da Assembleia Legislativa. Por favor.

TEXTO SEM REVISÃO

**SRA. ERIANE PACHECO:** Boa tarde a todas e a todos. Primeiro, agradecer o convite para a Procuradoria Especial da Mulher do Estado, que recentemente elegeu a deputada Bruna Rodrigues, a qual eu represento e assessoro aqui neste momento. Agradecer o convite, também saudar o Ver. Pedro Ruas, o meu companheiro de lutas de partido, Erick, e a vereadora-proponente. Acho que é um tema muito relevante, e, obviamente, os espaços legislativos precisam dialogar sobre. Então, hoje é um dia de sessão plenária na Assembleia, mas, mesmo assim, nós estamos aqui para dialogar e para compor com as entidades, com as mulheres que são linha de frente, são trabalhadoras e enfrentam esse tema tão pesado, mas, infelizmente, faz parte do nosso cotidiano, do nosso País. Na Procuradoria da Mulher, ela tem 10 anos na Assembleia Legislativa, em 2015, ela foi criada. Então, em maio de 2025, nós teremos 10 anos. Tivemos diversas procuradoras que foram essenciais para o avanço da nossa pauta. E este ano é a primeira vez que uma mulher negra é procuradora especial, porque é a primeira vez que nós temos, inclusive, deputadas negras na Assembleia Legislativa. Nós nunca tivemos, em mais de cem anos de Casa Legislativa, mulheres negras como deputadas. Então, nós temos um marco de avanço e de representatividade agora também na Procuradoria Especial nesses 10 anos. Acho que isso é importante a gente saudar, inclusive a vereadora, no seu material, fala sobre o empreendedorismo feminino. Nós fazemos bastante diálogo com o afroempreendedorismo, como a gente dialoga também em conjunto com essas pautas de empoderamento, de emancipação, de construção de um cotidiano das mulheres e das mulheres negras.

Como nós estamos representando e apresentando essa postura do lugar e do papel também das mulheres negras no Parlamento, nós fazemos esse diálogo, esse recorte também no combate à violência, que também existe dados alarmantes de crescimento. Muitos dados do IPEA, por exemplo, quando apontam um déficit na violência contra a mulher, apontam um aumento quando se trata de mulheres negras. Então, é necessário a gente fazer essa fala. E, na Procuradoria, nós tiramos alguns eixos de atuação, mas nós, com toda certeza, e também ainda, infelizmente, temos que falar sobre nós sermos o quinto estado

TEXTO SEM REVISÃO

onde as mulheres mais morrem no nosso País. Nós somos um Estado com dados alarmantes de feminicídio. Então, nós queremos nos colocar à disposição para construção, para elaboração, para avaliação de políticas públicas para as mulheres do nosso Estado, porque nós estamos morrendo simplesmente pelo fato de sermos mulheres. O feminicídio é algo, inclusive, com conhecidos, com ex-namorados, ex-companheiros, atuais companheiros. E nós somos o quinto estado do Brasil onde isso mais acontece. Acho que nós precisamos, inclusive, com unidade, enxergar essas estratégias de enfrentamento. Em 2022, por exemplo, morreu uma mulher a cada seis horas no nosso Brasil. Então, é um dado que precisa nos indignar e fazer com que a gente pense alternativas, inclusive nos espaços de proteção. Dessas, 63% eram mulheres negras. Então, é importante esse diálogo que eu já falei inicialmente sobre a questão racial.

No ano passado, tivemos nove feminicídios por mês no Rio Grande do Sul. Esses são os dados que nós temos da Secretaria de Segurança Pública. Ainda vamos ouvir as falas, não sei se Porto Alegre tem esses dados sistematizados. Eu acho que seria interessante. Se não tiver, termos uma pedido de informação da Câmara para saber os dados de feminicídio, mas também as alternativas. O GHC montou uma sala margarida, uma sala de atendimento às mulheres, e eles lançaram, saiu hoje na Zero Hora, se não me engano, o dado de que chegaram lá no GHC 884 mulheres desde que foi criado, e não faz um ano que foi criado. Então, o dado da violência contra a mulher é muito alarmante. Nosso Estado é um dos estados que mais emite medida protetiva. Então, nós conseguimos ter, com todas as nossas debilidades, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM – em funcionamento. Nós temos uma estrutura que as mulheres sabem a Lei Maria da Penha, conseguem chegar até a denúncia, e nós somos um dos estados do Brasil que mais emite medida protetiva. Mas nós também somos um dos estados onde as mulheres morrem com a medida protetiva. Ou seja, tem alguma questão aí na política, nos serviços, nos equipamentos que não estão conseguindo dar conta dessa estrutura. E existe sucateamento, existe não prioridade no orçamento, existe tudo isso. Eu acho que esse é o momento para a gente dialogar. Nós sabemos muito bem que a questão não é individual,

TEXTO SEM REVISÃO

não é de servidor ou de servidor específico, mas nós não podemos aceitar que o Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM –, municipal, tenha um assistente social e uma psicóloga. É muito pouco para o nível de atendimento. Então, para a demanda, é impossível duas profissionais darem conta de uma capital. É impossível. Então, como a gente trabalha para acelerar? Como está o Departamento de Política para as Mulheres, que estava sem a coordenação? Então, esses são equipamentos e serviços que o Município precisa dar conta. O Município precisa elaborar um plano de atenção e defesa pela vida das mulheres. Por fim, obviamente, nós estamos totalmente à disposição. Eu falei, num evento da UVERGS **–** União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul, que nós não podemos partidarizar a defesa da vida das mulheres. Essa pauta é de todas nós. Então, nós estamos apontando aqui que existem falhas na rede de proteção, mas que, inclusive, nós não nos enxergamos no orçamento público do Município e nós precisamos dialogar para construir. Aqui não é para apontar o dedo na ferida do outro, aqui é para a gente construir política pública pela vida das mulheres. Obrigada. (Palmas.)

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito obrigada. Sobre a fala da Sra. Eriane Pacheco, a respeito desse atendimento gratuito no Grupo Hospitalar Conceição, que foi citado. Complementando o dado: desde o ano passado, essas mulheres vítimas de violência encontraram essa rede de apoio nesse espaço de acolhimento no Grupo Hospitalar Conceição. E, realmente, chama a atenção: nem todas recebem o atendimento; elas não concordaram ou não compareceram. Então, nós temos que entender o porquê. O medo, muitas vezes, impede que essas mulheres busquem o acolhimento em um hospital. Ou mesmo, muitas não fazem o boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher por medo, por pressão e por não ter para onde ir. Então, elas retornam para o lugar onde elas são, muitas vezes, abusadas e sofrem todo tipo de violência. Muito obrigada pela colocação.

Eu convido agora, então, para a sua fala, a Sra. Raquel Márcico, da Prefeitura de Porto Alegre, do CRAM. Deixa eu aproveitar antes da tua fala, por favor, e

TEXTO SEM REVISÃO

convidar a representante da Guarda Municipal para fazer parte da Mesa, a Comandante Carmen. Seja bem-vinda, Comandante. É um prazer recebê-la. E a respeito da Patam, eu já quero até trazer essa informação para vocês, que é a Patrulha de Atendimento à Mulher, e nós precisamos contar cada vez mais com a nossa Guarda Municipal. Eu acredito na municipalização. São projetos que nós temos que trazer para nós também um pouco dessa responsabilidade, e a segurança não pode esperar pelo governo do Estado, pelo governo federal, e a Guarda Municipal está aqui também para nos proteger. Então, eu tenho um projeto de lei protocolado que torna a Patam – Patrulha de Atendimento à Mulher, como uma política pública permanente do Município de Porto Alegre, fazendo com que seja protegido esse programa, para que nós, mulheres da nossa capital, tenhamos para sempre a proteção da Patam. Muito obrigada. Depois nós vamos querer te ouvir também, saber dados de quem está na rua, no enfrentamento mesmo do crime e da violência. Por favor.

**SRA. RAQUEL GARBIN MÁRSICO:** Boa tarde a todos e a todas, aos companheiros da Mesa. Eu trabalho no Centro de Referência de Atendimento à Mulher, o CRAM, a nossa sigla. Nós fomos criados por um decreto em 2011, e o início das atividades foi em 2012. Eu estou lá desde então, eu sou servidora do quadro. O que propõe o Centro de Referência? Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, familiar, e de gênero também nós atendemos. Como falou a assessora, realmente a gente está com uma psicóloga e uma assistente social no momento, a nossa equipe está bem reduzida. Mas, de qualquer forma, a gente faz os atendimentos de segunda a sexta, das 8h30min às 17h30min, o nosso horário de atendimento. Nós atendemos mulheres encaminhadas da Delegacia da Mulher, do fórum, das varas da violência, dos serviços CRAS, CREAS, de várias instituições, ou mesmo demanda espontânea. Primeira ela passa pelas duas técnicas, o atendimento, e aí a gente direciona para ver qual realmente é a demanda mais importante da mulher. Nós temos assessoria jurídica também na área da violência, com orientações, e na área de direito de família, com petições, processo, acompanhamento processual, que é

TEXTO SEM REVISÃO

um convênio que nós temos com a Fundação do Ministério Público. E, uma vez por semana, eles prestam atendimentos lá no CRAM para as mulheres que têm interesse. Nós trabalhamos com porta aberta, mas, preferencialmente, trabalhamos com agendamento, justamente para não revitimizá-la, para fazer um atendimento com calma, no horário que ela é agendada. Dessa forma, a gente tenta dar uma atenção melhor e maior para todas as mulheres que chegam lá. Nós temos muitas mulheres que agendam e não comparecem no atendimento, por diversos motivos também. Nós temos uma média de 30 mulheres, mais ou menos, de agendamento mensal, que não comparecem. Então, é bastante. Realmente, a gente tem que entender o porquê disso, se ela realmente não tem interesse de continuar, mas tem muita, na verdade, tem muita... Tem também a questão de não ter onde deixar os filhos, às vezes, para sair de casa. Elas não têm passagem também para ir. Então, tem uma série de questões que a gente tem que entender também. Nesses casos, quando a mulher ou não tem condições de ir, ou, realmente, a violência já está um pouco mais controlada, digamos assim, a gente continua o atendimento de uma forma de monitoramento, por telefone, com as mulheres. Esse monitoramento é feito normalmente uma vez por mês, mas pode variar também, duas ou três, para a gente entender a situação da mulher naquele momento, como ela está, se ela está ainda em situação de violência, se ela gostaria de continuar o atendimento ou não. Aí a gente finaliza o atendimento, se ela não tiver mais interesse depois desse tempo de monitoramento. Do contrário, ela pode permanecer no CRAM durante muito tempo, a gente não tem prazo de atendimento. Nós tivemos mulheres que ficaram cinco anos conosco em atendimento e, cada vez que ela vinha, ele tinha sofrido uma violência nova. Então, a gente tenta, de uma forma, inseri-la na rede, se ela não estiver na rede, que a gente consiga inseri-la, para ela ter um acompanhamento de todas as áreas e no espaço, ali, na verdade, no território dela, que é o importante, justamente para ela ter esse acompanhamento perto da casa dela, que a gente sabe que é importante. Nós temos os números aqui: em 2021, por exemplo, fizemos 1.315 atendimentos – 2021 foi um ano atípico, porque nós tivemos a pandemia também, então a gente tem números

TEXTO SEM REVISÃO

menores. Em 2022, nós tivemos 2.381 atendimentos; em 2023, 2.857; em 2024, 1.780, até agora. Nós temos também, ligada ao CRAM e à nossa secretaria, que é a Secretaria da Inclusão e Desenvolvimento Humano, ligado a nós, temos uma casa de passagem, que eu acho que vocês já devem ter ouvido, a Casa de Passagem Bethânia, que que foi inaugurada em 2022; na verdade, é uma casa de passagem; então, o objetivo principal é que a mulher fique lá por 15 dias, prorrogáveis por mais 15, mas que ela tenha como se organizar logo após isso, ou esperar o agressor receber a medida protetiva e ela retornar para casa, ou se ela está aguardando algum benefício que ela recebe para poder alugar uma casa e ficar também. A Casa de Passagem Bethânia é uma casa protegida, fica na Zona Sul, sua inauguração foi dia 28/11/2022; então nós temos mais de dois anos com a casa também; nesse tempo elas atenderam, em 2023, por exemplo, foram 197 mulheres que passaram por lá; em 2024, 241 mulheres passaram por lá. Quem encaminha para a Bethânia somos nós, do CRAM, durante o horário comercial; temos um plantão, 24 horas, que é feito por uma OSC, que é final de semana, madrugada, então a delegacia liga para o plantão, e ele é encaminhada para a Bethânia. Nós temos também aqui em Porto Alegre, não sei se todos têm conhecimento, a Casa de Apoio Viva Maria, que é uma casa protegida também, só que o Viva Maria pertence à Secretaria da Saúde. E nós temos outros equipamentos que são da assistência social: Casa Lilás, Abrigo Municipal Marlene, tem alguns equipamentos que são para mulheres também, não necessariamente em situação de violência, mas a assistência também faz esses encaminhamentos. Então, o que nós temos em Porto Alegre, direcionado especificamente para mulheres, da Prefeitura, são essas duas casas, casa abrigo, que é a Casa de Apoio Viva Maria, que é uma casa muito protegida, e as mulheres, para ingressar lá, tem que ter medida protetiva, e tem que estar correndo o risco de morte, é uma casa bem protegida; já a Casa de Passagem Bethânia não, a mulher pode ir para lá sem medida protetiva, não tem problema, sem boletim de ocorrência. A gente só tem alguns critérios, que na verdade são bem flexíveis, tem atendido à demanda, tem atendido a demanda da DEAM, tem atendido a nossa, do CRAM, e de alguns equipamentos também da rede. A

TEXTO SEM REVISÃO

gente tem 20 vagas lá, 20 vagas para as mulheres; os filhos não entram nessa, porque a casa tem quartos, e os quartos tem mais de uma cama; então são 20 vagas para as mulheres, e aí com seus filhos, só não pode entrar meninos com mais de 18 anos, porque é uma regra geral, normalmente das casas, e ela tem que ser residente em Porto Alegre, tem que ter minimamente autonomia, porque a gente não tem pessoal, equipe para ficar por 24 horas só cuidando de uma mulher, infelizmente a gente tem essa limitação. Está sendo criada, na verdade, também a Rede Conta Comigo; no ano passado, a gente teve umas cartilhas, desculpa, eu esqueci de trazer, que foi criada no Município; então a gente tem diversos eixos, inclusive a comandante Carmen também está, e quem pode falar um pouquinho mais dessa rede é a colega Luísa, que ela está mais...

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Sim, nós vamos distribuindo agora. E essa cartilha se puder disponibilizar, até deixar no meu gabinete, nós podemos depois fazer o encaminhamento a todos que tiverem interesse.

**SRA. RAQUEL GARBIN MÁRSICO:** Tem *online* no *site* da Prefeitura, inclusive tem um código de barras que a gente distribui para que ela pode ser acessada - Rede Conta Comigo.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Era isso Raquel?

**SRA. RAQUEL GARBIN MÁRSICO:** Em princípio sim, mas a gente continua; assim, gente, como nós temos muitas pessoas para falar e o assunto evidentemente não se esgota aqui, já estamos aqui propondo um novo encontro para o dia 6 de maio, para a gente poder ampliar esse assunto, porque não tem, como em uma única audiência, esgotarmos, não é, presidente Erick? Eu convido então para a sua fala, a Ver.ª Natasha Ferreira, que vai trazer, sem dúvida uma colaboração muito importante nesse nosso encontro.

TEXTO SEM REVISÃO

**PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB):** Vera, colega, só para complementar a tua fala, a Natasha Ferreira, a nossa vereadora, também faz parte da Comissão da CEFOR, é convidada da CEDECONDH para estar aqui, para estar presente; também quero saudar a presença da assessoria da Ver.ª Karen Santos, o Shin,i o gabinete da Ver.ª Karen também se faz presente. Então, a nossa reunião da CEDECONDH é bem representativa.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** E mais, Presidente, quero agradecer também, nós não citamos a presença dos homens que estão aqui nessa sala; dizer que nós precisamos de homens de verdade, de homens que protejam, que entendam que nós mulheres não somos objetos, nós não somos posse de ninguém, mas nós queremos respeito. Nós precisamos destes homens fortes ao nosso lado, nos defendendo também, amplificando essa nossa mensagem aqui para os demais homens que não entendem muitas vezes, como é que é o nosso universo e o que nós merecemos. Respeito em primeiro lugar; então a todos vocês que vieram, muitos são meus eleitores queridos que se juntaram a nós nessa tarde, que era uma tarde dedicada às mulheres. Eu fiquei assim, impactada positivamente com a presença de vocês, vocês são muito bem-vindos. Muito obrigada. A Ver.ª Natasha Ferreira está com a palavra.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Obrigada. Quero inicialmente saudar a tua iniciativa, Ver.ª Vera, acho que é um tema sempre muito pertinente. A gente vive em um País extremamente misógino, e isso a gente sente na cidade também. Não é uma questão de gestão de direita ou de esquerda, acho que a misoginia faz parte de uma estrutura de sociedade, assim como as questões étnico-raciais, as questões da LGBTfobia, elas se expressam cada vez mais de uma forma mais naturalizada, e acho que isso é uma questão que a gente precisa debater em conjunto aqui, enquanto espectro. Saudar, então, essa sua iniciativa, vereadora, também saudar aqui o Erick, que é presidente da Comissão dos Direitos Humanos, e as demais militantes, ativistas, setores do nosso governo municipal, do Estado; saudar os entes aqui que fazem a luta em defesa

TEXTO SEM REVISÃO

das mulheres. Eu trouxe aqui alguns dados mais específicos de mulheres travestis e transexuais, como eu. Sabe que aqui na Câmara tem agora eu e a Ver.ª Atena, que é do PSOL, duas mulheres trans – pela primeira vez na história, a Câmara tem. E não é, acho, nenhum tipo de novidade quando a gente fala dos números, digamos, dramáticos, de como a gente luta para sobreviver enquanto sociedade. Nós temos, enquanto grupo, em termos de proporcionalidade, a maior evasão escolar de pessoas trans. Pessoas trans, como eu, não conseguem ficar em uma escola pública hoje por conta do *bullying*. Se vocês já olharam a série Adolescência, vocês vão entender cada vez mais como a juventude tem uma predisposição a odiar as mulheres e, obviamente, odeia tudo aquilo que é feminino, tudo aquilo que, de fato, está associado a esse espectro do campo das feminilidades. Então, a violência política de gênero se expressa muito. E, lincado a isso, tem as *fake news*, tem esse processo das redes sociais, dessa coisa meio tóxica das redes de hoje, esses ataques quase que, digamos, de grupos. Às vezes, você faz um *post* defendendo as mulheres e vêm diversos comentários questionando a nossa identidade, mas também questionando a nossa legitimidade para estar no espaço que, de fato, nós somos eleitas para ocupar. E não são comentários exclusivamente questionando esse lugar, são comentários que questionam a nossa identidade, mas também colocam a nossa vida sempre em risco, como se nós fôssemos, de fato, um alvo. E acho que hoje isso é boa parte de um grupo mais, digamos, radical, que tem uma agenda trans. Vocês viram que a vitória do Trump, uma das principais agendas dele é acabar com os direitos das pessoas trans. Então, isso parte diretamente. E o que isso nos impacta aqui? Nos impacta quando, eu falava aqui da nossa evasão escolar, mas quando, em um sistema público de saúde, em um posto de saúde, pessoas trans não se sentem à vontade, não se sentem acolhidas para ir em um posto porque não têm os seus nomes devidamente respeitados. E eu quero aqui fazer um apelo, se alguém for da área da saúde: respeitar o nome social, gente, não tira pedaço; respeitar as pessoas. Eu acho que estamos chegando em um momento de sociedade em que pedir o óbvio, que as pessoas se respeitem, de fato, é algo quase que impossível. Em um debate público, em um debate sobre

TEXTO SEM REVISÃO

política, porque o SUS, na verdade, é de fato político; então, pessoas como eu não frequentam o SUS, não frequentam o SAE, e acabamos tendo que pedir e fazer toda uma correlação de forças para ter os ambulatórios trans, que é onde, de fato, nós somos acolhidas, nós temos as nossas especificidades. E aqui não é só sobre esse primeiro atendimento, é sobre os médicos e médicas também, que não se atualizam. A gente precisa aqui ser, de fato, mais objetiva. Se um médico e uma médica não sabem me atender, a gente está falhando, na verdade; porque, no sistema público, as pessoas deveriam saber atender todas as pessoas. Então, a gente tem uma evasão escolar por conta de uma educação pública que tem sido cada vez mais atacada sob o ponto de vista de não ter formação em direitos humanos, de não atualizar uma agenda da pedagogia mais coletiva e das diferenças das crianças. Então, tem vários atravessamentos. E pessoas trans estão sempre na margem. E é algo que falo há muitos anos, estou com 36 anos, sou vereadora de primeiro mandato, e falo isso desde o tempo em que morava em Novo Hamburgo. Aquela pessoa trans que está na esquina se prostituindo é o menino que evadiu da escola, e a comunidade escolar – não é somente a escola – não conseguiu dar conta disso. Porque a gente não tem política para afirmar e assegurar crianças que sequer passam fome hoje para se garantir em uma escola pública. Então, quando se tem questões de pessoas trans... E eu vou pegar um tema que acho muito caro para nós, pessoas trans, que é o tema do banheiro, por exemplo. As pessoas criaram um monstro sobre o banheiro. E quero dizer aqui de uma forma muito tranquila: pessoas trans usam o banheiro de acordo com a lei nacional, que é uma lei do STF, do Supremo, e é uma lei que diz que as pessoas trans devem usar de acordo com a sua identidade de gênero. Então, aqui na Câmara, por exemplo, eu e a Ver.ª Atena tínhamos muito receio antes de tomar posse aqui, vereadora, de como seria o nosso tratamento enquanto mulheres trans para usar o banheiro. Mas entendendo que estamos em um espaço de privilégio, que é a Câmara Municipal. E, até então, nunca tivemos uma questão de nos impedirem de entrar em nenhum espaço, de acessar, muito pelo contrário. Mas sabemos que, nas escolas, o que se faz às vezes é um terrorismo político nesse debate de banheiro

TEXTO SEM REVISÃO

trans. Quase 30% das escolas em Porto Alegre não tem banheiro. Não é banheiro sobre pessoas trans, é banheiro para meninas, para meninos, para os professores. Então, esse deveria ser o debate. E eu faço aqui, de fato, um apelo, enquanto uma vereadora trans da cidade de Porto Alegre, o nosso apelo deveria ser para debater estrutura de escola, para debater o melhor currículo escolar para os professores, assegurar a carreira deles, na verdade, porque isso tudo faz parte de uma sociedade que hoje tem sido mais baseada no medo e no ódio e se expressa contra as mulheres, se expressa contra as mulheres no geral. As meninas são questionadas nas escolas se não cumprem um certo padrão de corpo, por exemplo. E lembro que, quando era presidente de Grêmio Estudantil, fizemos uma discussão em uma escola em Novo Hamburgo, em uma escola estadual, sobre as meninas que eram proibidas de usar top na educação física, quando era verão. E os meninos ficavam sem camiseta, usavam calção para jogar bola. E nós questionávamos isso. Por que as meninas não podiam usar top? E as professoras, às vezes, falavam: “Olha, é que, usando top, os meninos vão ficar olhando, e aí eu não sei como vai ser”. Mas, depois que consegui compreender o feminismo como um todo, a gente percebe cada vez mais que a gente exige das meninas algo que não faz parte das meninas; porque a nossa educação, para romper a questão da misoginia, do machismo, é educar os homens, na verdade. Se os meninos estavam olhando para elas, a questão não era elas ali, mas a escola, para não ter, digamos, nenhuma questão de violência de gênero, ela optava por dizer para as meninas não usarem somente top porque era verão. Então, essa discussão nunca avançava. Anos depois, hoje, nas escolas, começamos a ver grupos de meninas, de jovens feministas, que não têm uma identificação com a esquerda como um todo, têm uma identificação com o feminismo geral, com o empoderamento das mulheres, começam, de fato, a questionar por que elas não podem. Isso são coisas muito pequenas, mas por que elas são, de fato, importantes? Porque, quando a gente fala que meninos vestem azul, meninas vestem rosa, que a gente fica fazendo essa coisa meio que assim... A gente fica dizendo que um ser vai usar certas cores, vai usar certos brinquedos, vai ter certos comportamentos. Criem crianças na perspectiva

TEXTO SEM REVISÃO

de serem seres livres. Isso não quer dizer que serem seres livres serão algo fora do normal. Porque eu acho que tudo aquilo que é criado como normalidade, como uma caixa fechada, faz mal ao ser humano. Criem filhas e filhos para que eles possam usar aquilo que de fato eles querem. Que o brinquedo de um menino não seja a bola, que o brinquedo de uma menina de três ou quatro anos não seja uma cozinha, um fogão. Façam, ensinem meninos a limpar, porque a limpeza doméstica faz parte de uma divisão sexual do trabalho, que nós defendemos há muito tempo, que mulheres cumprem triplas, até mais jornadas, porque têm que lavar a roupa do marido, organizar a comida dos filhos. Isso faz parte, na perspectiva de uma transfeminista, que entende que a libertação de mulheres cisgêneros, mulheres nascidas biologicamente, como gostam de falar, a libertação de vocês passa pela libertação de pessoas como eu também. Então, quando mulheres se libertam, quando mulheres podem falar na escola que menstruação não é um tabu, isso fortalece a luta de pessoas trans também. Porque pessoas trans não podem mais ter medo de frequentar uma escola pública. Isso não é normal. Entendam que, por trás de uma criança trans como eu, existe uma mãe, existe pai, irmãos, tios, sobrinhos e primos. Há uma família, e essas famílias não querem, de forma nenhuma... E ontem tivemos aqui as mães atípicas que choraram na tribuna nos pedindo ajuda. Eu, inclusive, falava com a minha assessoria, se eu trouxesse as mães para a diversidade, os relatos delas sobre os filhos LGBTs, eu duvido que as pessoas não iriam chorar. De mães que trocaram filhos seis vezes de escola no ano porque o filho não aguentava o *bullying*. E esse *bullyin*g leva ao suicídio e leva a números que a gente olha e diz: como essa juventude está tirando a própria vida, porque não aguenta o ambiente escolar.

Então, não quero aqui me aprofundar em números e dados, porque acho que em números e dados a gente pode ter outros momentos, até para fazer um combinado. A gente tem o relatório anual da Antra, que é a Associação de Travestis e Transsexuais do Rio Grande do Sul, que traz um dado mais geral. Mas eu quero me colocar aqui à disposição, Ver.ª Vera, para a gente construir, daqui a pouco, uma cartilha da Câmara Municipal, que seja virtual mesmo, que

TEXTO SEM REVISÃO

a gente consiga distribuir pela gestão pública, de proteção das mulheres, mas especialmente hoje no ambiente digital. Eu acho que nós estamos muito expostas hoje. A gente sabe que um voto nosso aqui dentro pode nos expor a uma violência, expõe o nosso corpo, falam sobre a nossa estética. As mulheres são atacadas esteticamente de uma forma muito violenta. A gente sabe que homens não são atacados dessa forma. E eu acho que a gente precisa falar o basta, não somente como uma forma de adesivo ou de uma camiseta, o basta como uma forma, inclusive, de judicializar esses ataques, que nós, mulheres de esquerda e direita, possamos nos unir do ponto de vista de nos defender e entender que a misoginia vai atacar, quem sabe, primeiro eu, enquanto uma mulher trans, mas ela vai atacar a Ver.ª Vera em algum momento, a partir do momento em que ela não servir a agenda que os homens querem. Eu acho que isso tem que estar colocado na mesa para que a gente não siga corroborando com esse sistema que não serve. Muito obrigada.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito obrigada a nossa super colaboração aqui da Ver.ª Natasha aqui nessa nossa tarde. E agora eu convido, então, a diretora de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, a senhora Priscila Wolff Moreira. Mas antes eu vou convidar a Bárbara Pena, que está conosco, também, a se juntar aqui à mesa. Nós estamos tentando ajustar aqui os locais conforme as pessoas vão desocupando. Bárbara, por favor. Eu vou pedir que vocês digam o nome e o que representam, porque fica gravado o programa e é interessante para a TV Câmara essa questão técnica.

**SRA. PRISCILLA WOLFF MOREIRA:** Boa tarde a todos. Primeiramente, eu quero agradecer o convite de poder estar participando desta discussão. Eu venho aqui representando o setor da saúde, representando a vigilância em saúde. Trouxe junto comigo a minha colega Rosa, que é da área técnica da saúde da mulher, também da Secretaria da Saúde aqui do município. E a gente entende que essa pauta é uma agenda coletiva, não é só da saúde, só da segurança, só do Legislativo. Essa é uma pauta enquanto sociedade. A gente

TEXTO SEM REVISÃO

tem que começar a se olhar enquanto sociedade e trabalhar enquanto sociedade para poder, de fato, proteger a vida das mulheres. Falando em linhas gerais do ponto de vista da saúde, a vigilância da violência, que é o que a gente da Diretoria de Vigilância em Saúde faz, iniciou em 2006 no Ministério da Saúde e, em 2011, a notificação de violência se tornou compulsória, um agravo de notificação compulsória, tanto em caso de confirmação como suspeita. Todo profissional da saúde, pessoa da sociedade civil que tem o conhecimento, que presenciou, pode notificar para a vigilância em saúde. E é a partir desses dados que a gente faz toda a nossa articulação e amparo para as pessoas que sofrem violência. Falando especificamente da Secretaria da Saúde, de trabalho, o que a gente tem, desde o final de 2023, a gente tem um Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, que está divulgado nas redes da Prefeitura. É um plano intersetorial que a gente está implementando desde o ano passado por metas, por etapas, junto com as áreas técnicas, com o Ministério Público, com a Rede Conta Comigo. A gente da vigilância da violência, o que a gente faz enquanto trabalho? Todas as notificações de violência são notificadas semanalmente para as unidades de saúde fazerem a busca ativa dessas mulheres e inserirem essa mulher em alguma linha de cuidado para ver como ela está, o que ela está precisando, o que aconteceu para, de fato, que ela seja vista, para dar visibilidade a esse caso, para que não se torne um caso de repetição. Também a gente trabalha muito em articulação, caso a caso, dependendo da situação, do que está acontecendo. E, trazendo um pouquinho dos dados para vocês, as notificações de 2024, mais de 70% das notificações, todas, são de mulheres. Essas notificações se concentram na faixa etária dos 20 aos 49 anos, são mulheres jovens. E a gente vê como os tipos que mais aparecem: tentativa de suicídio, violência sexual e violência física. E o que a gente vê, na maioria desses casos, que esse é um ciclo. Tu começas com a violência física, vai para a violência sexual, chega num ponto de sofrimento que tu não aguentas mais e tu vai para uma tentativa de suicídio. É isso que não queremos que aconteça, e é por isso que queremos conseguir intervir enquanto rede de saúde nos casos para que esse ciclo não se perpetue. Porque outras

TEXTO SEM REVISÃO

formas de violência também acontecem, como a violência psicológica, a violência contra os familiares dessa mulher, a violência contra os filhos dessa mulher, para atingir essa mulher. Então, vemos que são múltiplas faces que temos desse problema e que temos que pensar conjuntamente. Da minha parte, era isso. Estamos à disposição. Vamos participar aqui na nova audiência. Acho que vai ser bem importante esse diálogo e essa conversa que vamos ter aqui. Muito obrigada.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Nós que agradecemos. Muito obrigada, pela participação. (Palmas.)
Eu convido agora para a sua fala, a comandante Carmen, ela que vê, de perto, a violência nas ruas. Como é a atuação da Patam, a Patrulha de Atendimento à Mulher? Qual o trabalho, hoje, da Guarda Municipal em Porto Alegre? Se vocês têm números referentes à questão de casos que ocorram; que orientação a senhora pode dar, como autoridade municipal, aqui na área da segurança.

**SRA. CARMEN LÚCIA MUGICA:** Boa tarde, boa tarde a todos; agradecer o convite de compor a Mesa aqui; cumprimento a todas as demais, em nome da Ver.ª Vera. Quero também agradecer à colega que nos propiciou estar aqui, a Amanda, que faz parte do Grupo Marias, ela que me fez o convite e a felicidade de estar aqui de poder compor com todas, mas de trazer uma fala tão triste que é esse tema da violência.
Eu sou guarda municipal, há 22 anos, e tem mais ou menos 3 anos que eu luto, dentro da corporação, por uma patrulha voltada ao atendimento da mulher. Há um olhar para as servidoras municipais, não só da guarda, mas quanto do município, porque a violência acontece de todas as formas. Eu, enquanto mulher, mesmo sendo da força de segurança, também já fui vítima de violência doméstica por um bom tempo, e não conseguia perceber que estava envolvida dentro de um contexto de violência. Falar sobre isso, para mim, é uma bandeira que eu levanto, que eu busco, e que a gente precisa cada vez mais falar sobre isso.

TEXTO SEM REVISÃO

Então, diante dos atendimentos que a Guarda Municipal faz. A Guarda Municipal não atende hoje as medidas protetivas. Isso é uma demanda hoje da Brigada Militar. Mas o nosso atendimento, voltado aos clientes fixos, a gente tem por costume chamar a rede de educação, a rede de saúde, as repartições públicas, os servidores municipais, como os nossos clientes fixos. Então, a gente percebeu, a Guarda Municipal percebeu uma crescente nesses chamados, vereadora. A servidora que está lá num posto de saúde, a servidora que está numa escola, ela sofre violência do pai, de um paciente, de um atendido que vai na rede buscar algum tipo de atendimento. Esses espaços são espaços onde predominam as mulheres, e o machismo e o poder do homem achar que ele tem isso sobre a mulher, então eles se colocam sempre numa postura superior às mulheres. Então, é muito comum a guarda ser acionada pelos servidores, pelas servidoras, por essas posturas.

Aliado a isso, a gente começou a notar uma crescente nas ocorrências de violência voltadas às mulheres com viés de violência doméstica nos espaços públicos. Em 2018, a gente atendeu de três a cinco casos/ano de ocorrências rua. Se a gente for levantar hoje, o número é muito maior. Eu, infelizmente, não trouxe os dados, vereadora, porque eu não esperava compor aqui, mas eu posso levantar isso. Então a gente começou a notar, a Guarda Municipal começou a notar que precisava também contribuir de alguma maneira. Então, a Patrulha de Atendimento à Mulher, ela teve início agora em março. Eu montei um projeto, levei para o secretário Aragon e para o comandante Nascimento, voltado aos espaços públicos. A gente também tem a questão das corredoras, das mulheres que usam os espaços públicos para a prática esportiva e também para o lazer, onde o assédio e a importunação sexual tem sido cada vez maiores. Então, a patrulha, ela vem também com esses dois eixos. É o eixo operacional, que a gente transita em pontos específicos de áreas de esporte e lazer, buscando mitigar essa questão da violência, e a proposta informativa, que é trabalhar na rede, na rede de educação, na rede de saúde, nos CRAS, nos Cress, onde houver espaço para a gente levar a fala do que é a violência, falar sobre a violência doméstica, os tipos de violência, e trabalhar a questão que hoje existe

TEXTO SEM REVISÃO

uma fala muito violenta. A mulher, quando ela chega lá na rede, quando ela chega numa delegacia, muitas vezes ela diz assim: “Ele não me bateu”; mas ele socou, ele sacudiu, ele empurrou. Isso é violência. E a gente precisa que essas meninas lá na escola comecem a perceber que aquele cuidado do namorado pelo decote da roupa ou pelos ciúmes, isso já é violência, e ela precisa começar a pensar nesses ciclos, como sair.

Então, a Guarda Municipal vem compor ao município, e a rede conta comigo e com as demais forças de segurança, no sentido de levar a informação, trabalhar junto nesses mecanismos de que a gente consiga diminuir e combater, porque a violência está cada vez maior. (Palmas.)

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito obrigada, comandante Carmen, pelo seu depoimento pessoal aqui que é muito importante que a gente possa dividir essas experiências, porque há uma identificação dos casos, as histórias muitas vezes se repetem, e uma das principais dificuldades é justamente detectar que se está sendo vítima de violência. Como muito bem a comandante aqui colocou, gente, o excesso, o controle, o excesso de cuidado nesse sentido já é uma forma de violência, é o início que nós devemos prestar atenção. Então, muito obrigada pela sua fala, pelo seu esclarecimento.

Eu convido para o seu pronunciamento a Sra. Giselle Hubbe, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

**SRA. GISELLE HUBBE:** Olá, boa tarde. Muito obrigada, Ver.ª Vera. Bem, partindo do ponto de vista da representatividade, eu falo aqui no lugar de uma mulher com deficiência, também mãe de uma menina. Atualmente, estou na presidência do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência aqui de Porto Alegre.

Eu gostaria de iniciar, não posso deixar de trazer aqui para todas vocês, todos vocês a realidade que enfrentamos enquanto mulheres com deficiência, um pouquinho da nossa realidade. E aí, dentre todas as formas de preconceito citadas pela gloriosa Ver.ª Natasha, eu gostaria de incluir também o capacitismo,

TEXTO SEM REVISÃO

que é o preconceito contra as pessoas com deficiência. É o tipo de violência e preconceito que invalida e exclui da sociedade as pessoas com deficiência. Quando nós falamos de deficiência de mulheres, nós temos as mulheres com deficiência visual, que muitas vezes são violentadas no dia a dia, na rua, têm seus direitos violados. Nós precisamos, vereador, vereadoras, de auxílio até mesmo para atravessar uma rua muitas vezes, para embarcar e desembarcar do transporte público, para entrar e acessar um ambiente. E, neste momento, nós somos abordadas muitas vezes de forma indevida por homens e por pessoas que também nos expõe à situação de violência. Nós temos as mulheres com deficiência auditiva, que muitas vezes, ao procurar auxílio, não encontram nenhuma forma de comunicação e de acesso à comunicação para tentar se expressar de que estão sendo vítimas de violência. Nós temos mulheres com deficiência física, Ver.ª Barbara que sabe muito bem, que muitas vezes adquiriram uma deficiência também por serem vítimas de violência doméstica. Quando o vereador fala sobre as mulheres que não têm equiparação salarial em relação aos homens, eu também falo aqui de mulheres com deficiência que não têm acesso ao emprego, ao mercado de trabalho, à educação. Então, falando das mulheres com deficiência intelectual, que são os casos de mais extrema vulnerabilidade, aí nós já estamos falando também de mulheres que muitas vezes não têm condições de identificar que estão sendo vítimas de violência, muitas vezes nos ambientes e nos lugares que mais deviam protegê-las, muitas vezes na escola, no posto de saúde, ao acessar a rede de apoio.

Eu gostaria de deixar o registro, a nossa maior contribuição para as autoridades presentes, a fala em torno da acessibilidade e não da acessibilidade arquitetônica que vai prever as rampas de acesso numa delegacia ou em algum ambiente, porque isso, sim, é norma, é lei, é necessário, mas, sim, que todos possam se apropriar da LBI, que é a Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está vigente desde 2015 apenas. Então, nós que já somos um movimento organizado temos muita propriedade de tudo que a LBI prevê na garantia dos nossos direitos. Mas as autoridades precisam entender qual é a realidade desse universo das pessoas com deficiência, para que toda

TEXTO SEM REVISÃO

essa rede de apoio, para que todo esse plano de atenção às mulheres, de proteção às mulheres também possa prever acessibilidade programática, para que essas mulheres tenham capacidade de identificar que estão sendo vítimas de violência no seu dia a dia e para que, principalmente, nesse acolhimento, elas possam encontrar acessibilidade. As mulheres que são vítimas de violência e acabam adquirindo alguma deficiência, uma das estratégias importantes é que a gente possa ter uma atenção e um olhar a todo o programa e planejamento de reabilitação para reinserir essas mulheres que agora se tornaram mulheres com deficiência por serem vítimas de violência, para que elas possam se reinserir na sociedade.

E, por fim, eu não posso deixar de falar aqui também, como presidente do conselho, o maior número de denúncias que nós recebemos no conselho municipal são das mães atípicas, das mães das crianças com deficiência que muitas vezes são abandonadas pelos homens, se tornam mãe solo e enfrentam toda uma luta social nessa rede de assistência de educação e de saúde para poder atender os seus filhos, para poder encontrar as terapias, para poder encontrar uma vaga na escola, para poder encontrar um atendimento de saúde em razão das comorbidades.

Deixo aqui todas essas reflexões, essa representatividade e, sem dúvida, o conselho municipal está sempre à disposição para que a gente possa dialogar e avançar nessa temática. Muito obrigada. (Palmas.)

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito obrigada, Giselle. Eu convido a Sra. Luísa Susin dos Santos, assessora técnica da Diretoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Porto Alegre.

**SRA. LUÍSA SUSIN DOS SANTOS:** Boa tarde a todo mundo que está aqui presente hoje. Eu agradeço o convite. Cumprimento a Ver.ª Natasha, a Ver.ª Vera, o Ver. Erick, a Barbara e todo mundo que está aqui participando dessa discussão.

Eu venho hoje representando a Diretoria de Direitos Humanos, o convite vinha

TEXTO SEM REVISÃO

sendo pela diretora Júlia Obst, que hoje está como diretora, mas eu cumpro a função de assessora técnica na diretoria. Sou psicóloga do quadro de municipários da Prefeitura de Porto Alegre, psicóloga de formação, mas atualmente nesse cargo de assessoria técnica. Hoje, na diretoria, a gente conta com oito coordenações; até o final do ano passado, eram cinco coordenações dentro da Diretoria de Direitos Humanos. Uma dessas coordenações é a coordenação dos direitos da mulher, hoje, com a transição de governo, a gente ainda não tem uma representação na coordenação, mas temos a diretoria compondo, enquanto ainda não temos um nome para representar. E temos o CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher – que está também submetido a essa coordenação de direitos da mulher e com quem a gente trabalha de uma maneira muito próxima.

Hoje, eu parto de uma visão mais técnica mesmo da diretoria que é de leitura de projetos, pensar pareceres técnicos também. E acho fundamental que tenham diferentes atores aqui participando, porque acho que um desafio da diretoria dos direitos humanos hoje é a gente poder pensar a violência contra a mulher, os direitos das mulheres, mas também transversalidade com outras pastas que ali compõem a diretoria. Então acho que as colegas aqui presentes já estão falando sobre isso, mas a articulação também com as pessoas com deficiência, com a pauta também da negritude, a pauta étnico-racial, a pauta de imigrantes refugiados, a pauta da diversidade sexual de gênero são muito caras à diretoria no sentido de a gente poder pensar a violência contra a mulher também nessa articulação com outras pautas identitárias e pensando a interseccionalidade e a complexidade da violência hoje no Brasil. Então a violência não tem uma única cara, digamos assim, ou uma única faceta, como ela se mostra. Acho que ela é muito diversa, muito complexa, e para isso a gente precisa de respostas complexas e discussões que estejam à altura. Então é muito feliz a gente poder se encontrar nesse sentido de ter diferentes representações aqui. Hoje, a diretoria, então, eu acho que conta com esse serviço que é muito importante, que é o Cram, que, como a Raquel está contando, vem desde 2011 no Município. Mas a gente tem outros desafios que cabem aqui trazer também, e acho que

TEXTO SEM REVISÃO

sempre numa ideia de a gente poder pensar a composição, a qualificação deles também, que é, por exemplo, a sistematização de dados. A Ver.ª Vera falou antes da questão do observatório, e isso a gente entende, na diretoria, que é muito importante, enquanto também em gestão de política pública, a gente partir de dados, de monitoramento, sistematização, para poder pensar o que a gente quer construir de política para o atendimento das mulheres no Município. Então vejo que esse é um desafio hoje, mas que a diretoria tem tentado pensar um projeto de como sistematizar esses dados em sua complexidade também, visto que podem vir de diferentes atores que também já fazem parte da vida das mulheres e que, muitas vezes, recebem, num primeiro momento, as notificações de violência, por exemplo, ou de situações mais complexas também, sociais, familiares, enfim. Então a saúde, a educação, as delegacias, a assistência social também que faz muito acompanhamento direto, acho que são serviços muito importantes para a gente poder pensar também como unificar esses dados e pensar o que a gente precisa enquanto Município também de estar constituindo enquanto política pública. Acho que, para além disso, foi citada a rede Conta Comigo, que é uma rede que foi criada no ano passado, o termo de cooperação foi assinado no ano passado, mas que surge a partir da percepção de que, se existem serviços já constituídos, no Município, de atendimento à mulher, mesmo assim, se tem muitos desafios que esses serviços ainda enfrentam, principalmente na sua articulação e na conversa entre si. Na questão também de poderem se comunicar, de poderem identificar os desafios e gargalos, mesmo já existindo há muitos anos, já estarem institucionalizados alguns. Então, muitas vezes, o CRAS está trabalhando no seu território, o posto de saúde está trabalhando no seu território, o Cram está trabalhando, e como a gente conversa, como a gente pode falar sobre os desafios, mesmo estando já instituídos alguns serviços. Não é só a questão de eles existirem, mas de eles poderem estar qualificados e, permanentemente, se colocando a pensar os desafios que vêm se apresentando em relação à pauta. Acho que, para além disso, uma última consideração que gostaria de fazer também é que, enquanto diretoria, a gente também tem uma visão de trabalho que é não só em relação aos serviços do

TEXTO SEM REVISÃO

Município, mas uma educação em direitos humanos, isso também está previsto no Programa Nacional de Direitos Humanos. E corroborando com a fala de algumas mulheres que já falaram aqui hoje, acho que é pertinente a gente poder pensar que não é só sobre responder e atender às situações de violência, quando elas já estão ali na nossa frente, com a gente ali, mas também sobre como a gente tem uma cultura de educação para isso, não só para isso, mas em relação também à misoginia, ao machismo, ao papel das mulheres. Isso é muito caro também à diretoria de direitos humanos, uma educação para poder pensar não só a questão da violência contra a mulher, mas dos direitos das mulheres em geral. Então, agradeço por estar aqui hoje também podendo compartilhar um pouco e me coloco à disposição.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Obrigada. Nós já vamos pensando as pautas para o dia 6 de maio, que nós vamos ter mais um encontro, porque a gente não vai conseguir, evidentemente, esgotar e a gente quer ampliar essa nossa rede e continuar mantendo esse contato. O nosso gabinete vai estar à disposição de todas vocês, vão nos alimentando com pautas, com informações, para que a gente possa ir fortalecendo os nossos vínculos, os nossos laços de proteção em relação à questão da mulher em Porto Alegre. Eu quero convidar agora para o seu depoimento a presidente do Instituto Bárbara Penna, a Bárbara Penna, que é conhecida de todos nós. A Bárbara passou por situações de extrema violência, ela presenciou cenas de infanticídio, onde ela teve seus filhos mortos, e ela sofreu tentativa de feminicídio. É uma sobrevivente. Então, eu quero um pouco do teu depoimento, as dificuldades que tu passaste a partir dessas cenas em que tu foste, infelizmente, protagonista.

**SRA. BÁRBARA PENNA:** Confesso que fui pega de essa surpresa para participar aqui desta Mesa, mas é uma grande honra estar aqui hoje. Agradeço muito, Ver.ª Vera, pelo convite. Aproveitei e fiz algumas anotações enquanto eu estava sentada, porque realmente o que eu passei foi o ápice da violência doméstica. Não foi fácil tudo o que eu vivi e não tem sido fácil eu viver todas as

TEXTO SEM REVISÃO

consequências dessa violência até hoje. Esse encontro é muito importante, porque realmente a gente precisa discutir estratégias de prevenção para o enfrentamento da violência contra a mulher aqui no Município de Porto Alegre. Para quem não sabe, talvez não lembre de mim, meu nome é Bárbara Penna, e não falo como ativista, mas falo também como sobrevivente da violência doméstica. A minha história poderia ter sido interrompida por um crime brutal, mas transformei essa dor e transformo todos os dias essa dor em luta. Para quem não lembra, em novembro de 2013, aqui em Porto Alegre, no bairro Lindoia, eu fui protagonista de uma das maiores tragédias familiares do Brasil, onde eu estava dormindo, acordei sendo espancada, fui queimada e jogada do terceiro andar também. Eu lembro que, em vários momentos durante as agressões, eu desmaiei, mas eu acordava. Então, durante todo o momento ali, eu realmente vi muita coisa que acontecia e eu sempre pedi pelos meus filhos depois que ele me jogou do terceiro andar. E, mesmo ele tendo se salvado, ele ainda tentou jogar a culpa em mim, já que era de madrugada, os moradores todos estavam desesperados, não sabiam o que estava acontecendo, e ele ainda tentou jogar a culpa em mim, dizendo que eu tinha tentado matar todo mundo. Se naquele momento eu tivesse morrido, a versão teria sido totalmente diferente. Então, ali caída naquele concreto, com o corpo ainda em chamas, eu gritava pelos meus filhos, mas, ao chegar no hospital, passar por inúmeras cirurgias, ficar quatro meses internada, ter parada cardíaca, infecção generalizada, eu tive a infelicidade de descobrir que os meus filhos foram mortos pelo próprio pai. Não é fácil sobreviver, porque, além dos traumas físicos, que são muitos visíveis, alguns nem tanto, porque eu tenho hoje uma prótese na perna devido a essa queda que eu tive, eu ainda tenho que enfrentar a dor do luto, que me dilacera, e é pior do que qualquer agressão que uma mulher pode sofrer. Então, hoje eu estou aqui porque eu acredito realmente que nenhuma mulher deve passar por qualquer tipo de violência, e que, juntas, com a união, a gente pode realmente mudar a realidade na qual vivemos. Sabemos que a violência contra a mulher, ela não começa com a agressão física. Ela começa no silêncio imposto pelo medo, na desvalorização emocional, nas ameaças, no

TEXTO SEM REVISÃO

controle, no sentimento de posse que aquele homem agressor tem por aquela mulher, e é por isso que precisamos agir antes que uma tragédia como a minha, e que tem acontecido com tantas outras mulheres, aconteça. O trabalho de prevenção é essencial, para ajudar e salvar a vida das mulheres e evitar que outras mulheres passem pelo que eu passei. Não basta apenas prevenir, precisamos também garantir acolhimento e justiça para as vítimas. Mulheres têm medo de denunciar, porque não se sentem protegidas pelo sistema. A gente precisa reforçar as redes de apoio, melhorar o atendimento nas delegacias, garantir acesso e casas de abrigo, e ampliar políticas públicas mais eficazes. Eu, como ativista, faço tudo o que posso, muitas vezes até além, porque eu também tenho os meus traumas. Muitas vezes, eu deixo os meus medos, os meus traumas e todas as consequências da violência de lado para poder ajudar outras mulheres.

Não sei se vocês viram, acredito que todos vocês tenham visto, ontem foi noticiado nacionalmente uma mulher que foi brutalmente agredida, onde seu marido tirou a prótese de silicone dessa mulher com uma faca de cozinha. Antes disso, ela tinha sido agredida com socos e chutes. Se eu não me engano, ela também foi jogada da janela, só não sei de que andar. Então, assim, são brutalidades todos os dias. Eu, por exemplo, criei um abaixo-assinado pela alteração da Lei Maria da Penha. Esse abaixo-assinado já consta com mais de 900 mil assinaturas. Para quem quiser contribuir, é um abaixo-assinado *online*, grátis, e qualquer pessoa pode colaborar de forma rápida. Nesse abaixo-assinado, só para reforçar, eu estou pedindo a alteração da Lei Maria da Penha, que tenham mais alterações referentes às delegacias, às medidas protetivas. Depois, quem quiser, posso passar o *link* para vocês, que está aqui comigo, ou podem encontrar nas minhas redes sociais, no meu *link* do Instagram. Eu também pude contribuir com a criação da Lei Bárbara Penna, aprovada por unanimidade no Senado Federal em março. Esse PL estabelece que, se um agressor condenado por violência doméstica voltar a ameaçar a sua vítima, o crime será classificado como tortura devido ao impacto psicológico severo sobre essa mulher. Além disso, o agressor será transferido para outro presídio, em

TEXTO SEM REVISÃO

outro Estado, e perderá o direito à progressão de pena. Essa lei recebeu meu nome, porque, em março de 2022, mesmo com meu ex-agressor preso e condenado, chegaram até mim dois vídeos, de dentro do presídio, ele declarando amor por mim. Em outro vídeo, ele circulava livremente pelos corredores da penitenciária com um celular, se gravando na frente dos agentes penitenciários. Após a minha denúncia, ele foi transferido para um presídio sem acesso a celulares, e o governador Ranolfo determinou a instalação de bloqueadores de sinal no complexo de Charqueadas, em resposta à repercussão nacional dessa agressão que sofri. Porém, eu ainda me sinto vulnerável, porque ele, querendo ou não, está mais perto de mim agora do que antes. Até hoje, eu preciso de proteção devido às ameaças que recebo e que recebi de dentro do sistema prisional. O Ministério Público chegou a interceptar ligações de facções criminosas planejando um atentado contra mim e minha família. Por isso, eu tenho uma medida protetiva válida até o fim deste ano, eu estou com uma medida protetiva neste momento, e foi uma realidade que levou o Senado, então, a nomear o PL nº 2.083, de 2022, como Lei Bárbara Penna. Mas, sinceramente, eu não tenho a proteção que eu gostaria, porque a gente sabe que, aqui no nosso País, basta uma ligação de dentro do presídio para muita coisa ser feita aqui do lado de fora.

A segunda grande conquista é a aprovação de uma lei da tornozeleira eletrônica, que também foi bastante repercutida agora nos últimos dias, que determina a emissão desse dispositivo juntamente com a medida protetiva de urgência. Em 2017, eu criei esse projeto, apresentei essa proposta na comissão mista do Senado e da Câmara Federal, representando o Rio Grande do Sul como entidade civil. Em 2019, eu criei esse abaixo-assinado pela reformulação da Lei Maria da Penha, na qual essa medida já aparecia como essencial para fortalecer a proteção às mulheres. A minha luta por esse mecanismo não parou por aí. Em 2029, em 2019 – já estou lá na frente! –, apresentei essa proposta ao Ministério Público aqui do Rio Grande do Sul. Em 2022, eu fui convidada a assinar a ata de compra das tornozeleiras eletrônicas, junto com o governo do Estado, um marco grande dessa conquista. Em 2020, o Estado de São Paulo também adotou

TEXTO SEM REVISÃO

esse mecanismo, após a minha apresentação ao deputado federal Roberto Lucena. Em maio de 2021, enquanto vereadora aqui desta Casa, eu protocolei o projeto da Patrulha Maria da Penha na Guarda Municipal, e agora Porto Alegre conta também com essa proteção. Então, cada vez que levantamos essa pauta, estamos rompendo o silêncio imposto pela violência, Ver.ª Vera. E hoje, ao estarmos aqui, estamos mostrando que nenhuma mulher está sozinha. Meu compromisso, enquanto sobrevivente ativista, é seguir lutando para que Porto Alegre seja uma cidade onde as mulheres possam viver livres e seguras, sem a sombra de seus agressores atrás delas. Então, eu agradeço muito o convite e reforço: rompam o silêncio, denunciem a violência, e, acima de tudo, seguimos na luta, juntas e unidas, porque nunca é fácil, em nenhum momento, independentemente do tempo que passa, independentemente do tempo que essa mulher sobreviva, porque muita gente acha que, como no meu caso, porque se passaram 11 anos da tragédia, eu estou bem, mas psicologicamente a gente sofre as consequências desse trauma que perduram para o resto da vida. Se a gente não parar e realmente se movimentar para que as estatísticas diminuam, a gente vai se deparar todos os dias com casos como o meu, com casos como o de inúmeras outras mulheres, e a gente não pode fechar os olhos para essa realidade alarmante que assola o nosso país. Então, parabéns pela proposta, parabéns pelo evento e eu espero poder contribuir cada vez mais com vocês. Muito obrigada.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito obrigada, Barbara. Eu sugiro também que cada uma das senhoras e dos senhores que estão aqui nesta primeira audiência, preparem, também, se puderem nos indicar associações, ações que ocorram em Porto Alegre, pessoas que possam trazer depoimentos aqui para a gente ampliar realmente essa discussão no nosso evento do dia 6 de maio. Nossa chefe de gabinete, nossos assessores vão estar entrando em contato com todos vocês durante esse período, para que a gente possa cada vez mais estarmos juntas, estarmos juntos e cada vez mais fortes. Esse é o grande objetivo.

TEXTO SEM REVISÃO

Eu convido agora a representante do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Ministério Público, a doutora Ivana Bataglin. (Pausa.) Não veio? (Pausa.) Vamos ao próximo aqui: representante da Comissão Especial de Políticas Criminais e Segurança Pública da OAB/RS, a Dra. Karina Contiero.

**A SRA. KARINA CONTIERO SILVEIRA:** Inicialmente, quero agradecer a oportunidade por estar aqui, especialmente nesta Mesa. É bem difícil, Barbara, falar depois de ti. Eu já tive a oportunidade de te ouvir em outras situações e te digo que fico sempre muito emocionada. É muito difícil falar depois de ti, mas eu vou tentar! Eu vou fazer o possível para mostrar o que a Ordem e a comissão, especificamente a Comissão de Segurança Pública da nossa OAB do Rio Grande do Sul tem feito no apoio a essas pautas tão importantes.

Eu estou aqui hoje representando o presidente da nossa Comissão de Segurança Pública Ivan Pareta, que teve a sensibilidade de chamar uma mulher para vir fazer parte dessa reunião tão importante, e o presidente Leonardo Lamachia, que é o nosso presidente da Ordem, em segundo mandato, e é um defensor árduo desses temas, através, inclusive e principalmente, das nossas comissões. Além da Comissão de Segurança Pública, que é diretamente envolvida com esse tema, nós temos a Comissão da Mulher Advogada, temos a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero, temos a Comissão do Idoso, então são todas as pautas que envolvem a sociedade e a cidadania que são tratadas diretamente dentro da OAB e fora da OAB nesses espaços oportunizados, e que eu já, de antemão, agradeço, Vera, é muito importante para nós e é muito gratificante esse convite. Nós temos esse trabalho diretamente nas comissões, nós, mulheres advogadas, somos 52% da advocacia, então nós já ultrapassamos o número de homens advogados, e eu gosto muito de falar para os homens, porque foi uma referência que fizeste, e eu acho que é importantíssima essa referência aos homens que aqui estão, porque nós precisamos muito do apoio dos homens, então eu citei os homens de ordem que me colocaram aqui hoje, que me deram essa oportunidade, e cito a importância

TEXTO SEM REVISÃO

também da fala da Ver.ª Vera, quando diz que a gente tem que falar para os homens e criar essa rede de apoio com base em homens que agreguem ao nosso pleito diariamente, porque a violência contra mulheres é uma situação cotidiana, infelizmente, a Bárbara falou muito bem sobre isso, assim como as que me precederam, mas é uma questão que nós temos que, o tempo todo, lembrar que não é o normal. Não é o normal e não pode ser normalizada, não pode ser que o noticiário todo dia mostre, e as pessoas achem: "Ah, isso aí é o normal", não, não é o normal, o normal é as pessoas se respeitarem, é o apoio dentro das famílias, para que não aconteça esse tipo de violência. Nós, como Comissão de Segurança Pública, temos essa intermediação junto às delegacias, a 2ª Deam, nós ajudamos a mobiliar e a formar uma sala específica para as mulheres; nós temos o nosso PAMA, que é o Programa de Atenção à Mulher Advogada, que tem uma sala na OAB Cubo, que atende as mulheres advogadas vítimas de violência 24 horas, nós temos um canal direto para que as mulheres tenham esse acesso e essa liberdade de mulheres qualificadas, advogadas qualificadas que atendem essas mulheres em casos de violência. Além disso, tive a oportunidade de participar, enquanto diretora de ordem e enquanto primeira mulher presidente da Comissão de Prerrogativas da Advocacia, com as demandas das advogadas no exercício profissional, que é muito diferente – é muito diferente –, as mulheres sofrem muita violência também com relação ao exercício profissional, embora a gente ache que não, sim, a mulher já tem aquela tarja de ter que se superar o tempo todo. Já vou fazer a indicação: que a Comissão da Mulher Advogada passe também a compor essa tua iniciativa, porque nós precisamos do depoimento delas, elas são muito mais capacitadas para explicar o PAMA do que eu, mas eu não poderia deixar de falar aqui sobre esse trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul. A Comissão de Segurança Pública, através do presidente Ivan Pareta, tem instituído também ações ativas de apoio para que as mulheres se sintam cada vez mais acolhidas e tenham, na gama da segurança pública, um apoio institucional, que é o apoio da Ordem. Somos ainda uma instituição muito reverenciada dentro da sociedade, porque nós transmitimos essa força também

TEXTO SEM REVISÃO

da advocacia. Essa é a minha fala final. Eu acho que é o mais importante é realmente unirmos forças. Essa diversidade aqui, como todo mundo já falou, é fundamental. E eu me coloco à disposição, como Karina Contiero, aqui representando a Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil, e também ouso colocar a Ordem dos Advogados do Brasil à disposição. Muito obrigada pela participação aqui, pela oportunidade de fala. Parabéns, Vera.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito obrigada, Dra. Karina, com a sua experiência, e já vamos ficar aguardando, então, no dia 6 de maio, estou frisando bem essa data aqui, porque a gente está aqui também pela TVCâmara, já amplificando essa informação e a todos vocês que estão aqui, todos os homens também nos acompanham, vamos ter a OAB novamente ao nosso lado, no dia 6 de maio. Muito obrigada.
Eu convido agora a diretora-geral Mútua-RS – Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA, a Sra. Andréa Brondani da Rocha.

**SRA. ANDRÉA BRONDANI DA ROCHA:** Muito obrigada, Sra. Vereadora Vera Armando, é uma satisfação estarmos aqui com vocês neste dia que encerramos o mês de março, um mês de reflexões, principalmente sobre essa temática da violência contra as mulheres. Infelizmente, Bárbara, a sua história se repetiu no Estado do Rio Grande do Sul, quando em São Gabriel, um menino inocente de 5 anos foi jogado em uma ponte pelo próprio pai para se vingar da mãe – isso é o suprassumo da violência! É o suprassumo da violência. E a Mútua, sendo a Caixa de Assistência e Acolhimento dos Profissionais do Sistema Confea/CREA, ou seja, dos engenheiros, das engenheiras, dos agrônomos e geocientistas, ela é um fundo privado, sem fins lucrativos, cujo lema “inclusão e acolhimento” é o nosso norte, é a nossa razão de existir. E os engenheiros, todos os profissionais do Sistema CREA interagem com a sociedade. Quando a gente pensa, e realmente a primeira fala mostrou os dados estatísticos da violência contra as mulheres, em que está intimamente ligado à pobreza, à ignorância, à falta de

TEXTO SEM REVISÃO

atendimento, também temos a violência em todas as camadas sociais. Mas não adianta eu, na condição de engenheira, estar trabalhando quando alguém ao meu lado, que trabalha comigo, está sendo vítima de violência. Então, a Mútua está intimamente relacionada com todos os entes da sociedade. E, através do nosso Programa Mútua Mulher, nós disponibilizamos recursos financeiros para as mulheres e para os projetos das diversas associações, recursos de treinamento, a gente entende que a educação é fundamental, parceria com o Sebrae para empreendimento, porque a gente vê, pelas estatísticas, que a mulher que depende financeiramente de um homem fica muito mais vulnerável à condição de sofrer uma violência, que começa pelo âmbito psicológico e vai ao extremo, como a perda de seus próprios filhos. A questão da licença-maternidade, nós providenciamos também, e o pagamento de auxílio-creche. Temos o programa de inclusão, é um pecúlio a fundo perdido, que vem recursos de Brasília para justamente a colocação da questão da saúde e próteses.

No âmbito de governança corporativa, neste 25 de março, nosso presidente Joel Krüger, com o diretor de benefícios, Evânio Nicoleit, assinaram com a ABNT uma norma técnica, que é extremamente importante em relação à prevenção da violência contra mulheres nas organizações, gerenciamento do risco da escravidão moderna e tráfico de pessoas – porque as mulheres são traficadas atualmente –, a garantia de segurança de indivíduos em diversos contextos organizacionais. Essa norma técnica dá origem a ISO 37201, que vai estimular as diversas organizações e entes de cunho privado a adotarem medidas cautelares para coibir a violência contra as mulheres no âmbito das diversas profissões, das diversas entidades, da sociedade em geral. E a Mútua vem disponibilizando essa cartilha, se me permitem, vou fazer questão de trazê-la. A Mútua está incentivando com que as diversas indústrias, segmentos de serviços a utilizem.

Mas estamos muito preocupados também com a questão das doenças psicossociais. Com as enchentes, nós vimos um agravamento das doenças psicossociais e isso resultou no agravamento, que as senhoras já mostraram, da violência contra as mulheres. Há um ponto que nossas engenheiras, por

TEXTO SEM REVISÃO

trabalhos voluntários, trabalhamos na construção, em caráter emergencial, de um abrigo para as mulheres que estavam em vias de dar à luz e que eram vítimas de violência nos próprios abrigos durante a enchente. Isso aconteceu, nós testemunhamos e não ficamos com braços cruzados, fomos lá construir, em tempo recorde, dentro das normas técnicas, esse abrigo para dar a segurança de parto, de vidas que estavam acontecendo. Em relação a isso, quero aqui parabenizar a Patrulha de Atendimento à Mulher e dizer que nós temos tecnologia e engenheiras com condições de fazer georreferenciamento das áreas mais vulneráveis no Município de Porto Alegre e colocamos a Mútua à disposição para discutirmos um potencial projeto, querida vereadora, e estimular. Nesse âmbito ainda de iniciativas privadas, eu não posso me furtar de recomendar o projeto Mulheres que Constroem, aqui na região metropolitana, capitaneada pela Bia Kern, que está se tornando agora estudante de engenharia civil, através do Mútua Júnior, e que vem fazendo um brilhante trabalho de reconstrução com as operárias que são vítimas de violência contra a mulher. E nós não inventamos a roda, nós estamos seguindo passos de outros estados, eu vou citar aqui um projeto do estado de São Paulo, A Metamorfose das Mulheres que Constroem, capitaneado pela engenheira civil Aline Guasti, em que as engenheiras ensinam as pedreiras, as futuras trabalhadoras da construção civil, para que elas tenham recursos financeiros, uma autonomia mínima financeira para saírem desse quadro devastador da violência contra a mulher. E por último, quero aqui também chamar as Divas da Alegria, nós somos fãs de vocês, e as mulheres das engenharias, agronomia e geociências, através do sistema Confea/CREA/Mútua, têm a AFEAG, a Associação Feminina de Engenharia, Agronomia e Geociências do Rio Grande do Sul, que completou dois anos neste ano, e na semana passada fundamos a AMEAG do Rio Grande do Sul, ou seja, as mulheres gaúchas, na capital ou no interior, estão unidas no sistema Confea/CREA para interagir com a sociedade e nos colocarmos à disposição para reduzirmos a violência, pois ela vai de A Z em todas as camadas sociais. Inclusive quando uma engenheira chega para trabalhar e não tem um banheiro disponível para ela, ela está sendo violentada, no nosso entendimento.

TEXTO SEM REVISÃO

E isso acontece no estado do Rio Grande do Sul, eu vou ficar no âmbito do Rio Grande do Sul, que é o que eu conheço. Muito obrigada por esta oportunidade, estamos à disposição, e saúdo novamente esta Casa, que permitiu que neste dia a gente esteja colocando números e informações, e principalmente criando a nossa rede. Obrigada. (Palmas.)

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Obrigada, Andréa. Parcerias já se encaminhando. Nós vamos ouvir agora Rosane Avila, ela é presidente da AFEET, Associação Federativa de Executivas de Empresas de Turismo, e ela já veio com uma camiseta aqui que merece ser lida. (Lê.): “Exploração sexual de crianças e adolescentes não é turismo, é crime!” Esse é um tema para um próximo encontro que a gente precisa também enfrentar. Por favor, Rosane.

**SRA. ROSANE AVILA:** Obrigada, Vera. Eu queria agradecer o teu convite, quando eu vi o convite eu disse “o que a gente vai fazer lá se a gente defende as crianças?” Mas tudo depende da mãe. E o nosso trabalho – nós somos uma associação de empresárias de turismo, há 40 anos aqui no Brasil, e membro de uma federação internacional da qual fazem parte 10 países, mais de 500 pessoas são associadas – é muito forte porque a gente se preocupa com mulheres, com as crianças e os adolescentes, porque eles estão soltos no mundo. E aqui no Brasil a gente faz uma campanha muito forte em relação às entidades ligadas ao turismo, porque a gente sabe que vem muito turista para o Brasil pensando em aproveitar as crianças, principalmente na região de litorânea do Brasil, no Nordeste do Brasil é muito séria coisa, na Amazônia também, eles chegam a fretar navios para receber as crianças que estão passando, ribeirinhos. E são pessoas que atrapalham muito a vida desses ribeirinhos, porque as crianças ficam completamente à mercê da população de turistas de má índole. E a gente faz também um trabalho muito forte dentro dos hotéis, porque tem muito hotel, por exemplo, a gente tem um adesivo desse tipo da camiseta, e a gente já chegou em hotéis de luxo, e eles disseram que não queriam colocar esse adesivo porque vai parecer que eles tinham esse problema no hotel. Então

TEXTO SEM REVISÃO

é todo um trabalho que a gente está fazendo de sensibilizar a população não só de hotelaria, restaurantes, toda a área de turismo, e a gente também sempre está presente nos eventos grandes de turismo, no Festival de Turismo do Gramado, na feira da Ugart, que aconteceu agora, dia 28, no Barra, e a gente está levando também o Código de Ética do Turismo. Quer dizer, toda a entidade de turismo, não só agências de viagem, como hotelarias, eventos sociais também de turismo, que eles assinem o nosso Código de Ética do Turismo, que é feito através do Ministério do Turismo. Então acho que é um trabalho também importante, ouvi muito vocês, aprendi muito aqui, porque é uma área que a gente não domina tanto, da violência, mas a gente cuida muito das crianças e do adolescente, e claro que, por sua vez, da mãe, não é? Então, eu queria agradecer, muito obrigada por esse espaço.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Nós que agradecemos a presença, a participação. Eu tenho inscrita mais uma fala, eu não sei como é que nós estamos de tempo aqui, porque nós temos um período aqui, até que horas... É possível a próxima fala? E se houver alguma manifestação espontânea, também nós gostaríamos de poder ouvir.

**PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB):** Ver.ª Vera, se me permite também, faço os cumprimentos aqui à presença do Ver. Rafael Fleck, do MDB, prestigiando a nossa reunião. (Palmas.) Vereador, se se sentir à vontade, também pode comparecer à Mesa. E eu acho que a gente pode estipular o tempo de cinco minutos e prolongar um pouco mais a reunião aqui da CEDECONDH até às 16h30min.

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Perfeito. Então, nós temos agora o espaço para a Rosa Helena, promotora legal contra a violência da mulher, formadas pela Themis. E depois, se houver alguma manifestação espontânea, nós poderíamos abrir também espaço.

TEXTO SEM REVISÃO

**SRA. ROSA HELENA MENDES:** Boa tarde à Casa, a todos da Mesa, não vou lembrar o nome de todos, então estou cumprimentando. E obrigado, Vera, por esse convite para estarmos aqui. Eu sou a Rosa Helena, do Partenon, formada em 2013 como Promotora Legal Popular da Violência da Mulher, e, nessa formação, que foi feita através da ONG Themis... Então, eu já coloco aqui à disposição que a ONG possa estar sendo colocada também como um convite para estar também relatando os inúmeros trabalhos que tem feito ao longo desses anos. Dizer para vocês que, no Partenon, nós temos um SIM informal ainda; não é formal porque nós estamos tendo dificuldades. Antigamente, nós tínhamos um trabalho ali no Tudo Fácil, onde éramos um projeto que trabalhava essa questão da violência, então, por conta de várias mudanças estruturais, de governos também, a gente teve que estruturar também a forma de poder atender essas mulheres. Hoje nós atendemos no Partenon com muita dificuldade. Eu vou dizer o caso de uma menina que até hoje eu tenho esse problema. Já foi encaminhado, reencaminhado, e toda vez que a gente vai em uma delegacia, a gente tem a dificuldade de ter esse atendimento, dessa abertura, de ser olhada com os olhos preocupados com essa pessoa. Nós temos uma medida protetiva com essa mulher, e, as três vezes, ele violou. Então, para vocês verem o quão é o problema que nós temos, ainda, para tentar solucionar essa questão da violência. Nós temos muito o que caminhar ainda. Eu me coloco à disposição também aqui para estar junto nessa luta com vocês e participar da próxima reunião. Obrigada. (Palmas.)

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP) :** Agradeço pelo engajamento e pela fala, Rosa Helena. Muito obrigada. Alguma manifestação? Se alguém quiser fazer alguma colocação. A Sra. Marilice está com a palavra.

**SRA. MARILICE CARRER:** Boa tarde, eu sou a Marilice Carrer, diretora do projeto Divas da Alegria, que foi citado. Para quem não conhece, há dez anos, eu criei esse projeto, a partir um pouco da minha história, mas ele está voltado para trabalhar a autoestima, com grande foco para as mulheres maduras. Isso

TEXTO SEM REVISÃO

não quer dizer que a gente não pegue as crianças, as meninas mais jovens, mas que a gente trabalha a autoestima, superação e descobrir novos talentos que a gente tem. Há pouco eu estava ouvindo, e todo mundo falou muito bem, você falar da questão do quanto é importante a mulher se sentir útil. E uma mulher com uma autoestima elevada aprende a se amar, a se descobrir e a se valorizar. Certamente, uma mulher com uma autoestima elevada foge da violência doméstica, porque ela começa a se dar valor e começa a descobrir para aonde vai, seja numa rede de amigas, seja numa rede de trabalho, e "n" situações que a deixam muito mais valorizada e longe de tudo o que a gente está falando aqui, que é uma grande realidade que nós vivemos. E cabe a nós, sim - parabéns, vereadora -, com essa iniciativa, e todos que estão aqui, realmente começar a mudar esse quadro. A gente tem que mudar esse quadro, porque nós somos mulheres e temos que nos dar valor. E nós, como mulheres, e mulheres maduras, quando nós começamos a nos dar valor, a gente tem a rede familiar que começa a ver o que a gente está fazendo em prol da gente, e, certamente, os nossos filhos, nossas filhas, nossas netas não vão se permitir passar por tanta barbaridade que nós estamos assistindo. Muito obrigada. (Palmas.)

**VEREADORA VERA ARMANDO (PP):** Muito obrigada. Bem, pessoal, ao final dessa transmissão, a gente quer que vocês permaneçam para a gente fazer um registro, uma foto com todos. Encerrando esse nosso encontro, já vou devolver a palavra ao nosso presidente, eu considero que o tema realmente é muito complexo. Hoje nós fizemos aqui um apanhado geral da situação, da violência, com suas diferentes nuances, e, para o nosso próximo encontro, nós podemos focar em um único ponto. Vamos aguardar também as sugestões de vocês para a gente construir juntos a nossa próxima pauta, no dia 6 de maio de 2025. Agradeço a presença, a enorme contribuição, o carinho com que todos vocês acolheram essa nossa audiência pública, e dizendo que o meu mandato, o nosso gabinete, está à disposição da garantia dos direitos humanos e fundamentais de mulheres no Município de Porto Alegre. Muito obrigada. Eu devolvo a palavra ao presidente da comissão. Obrigada. (Palmas.)

TEXTO SEM REVISÃO

**PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB):** Parabéns, Ver.ª Vera Armando pela proposição da reunião, cumprimentar aqui a todos que fizeram parte da Mesa, é muito importante participar de um debate como esse aqui na reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. É uma comissão que aborda vários temas. A gente tem abordado a violência policial, temos abordado a falta de vagas na creche, agora essa batalha; o nome do tema de hoje é Estratégia de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O depoimento forte e marcante da Bárbara também mexeu com todos nós. Primeiro, parabenizar, Bárbara, por essa força de seguir em frente, essa dedicação, inclusive, de conscientizar muitas mulheres em enfrentar o machismo na sociedade. E essa luta é de todos nós. Eu, enquanto homem, me orgulho muito de estar participando de um debate como esse e fazer as correções necessárias diárias para a sociedade poder avançar para um mundo sem machismo, sem violência contra a mulher, com trabalho igual, com salário igual. E dizer para vocês que a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, Ver.ª Vera, está de portas abertas para as entidades, para as mulheres, para a gente conseguir construir uma sociedade sem machismo e com o protagonismo das mulheres.

Então, agora, o protocolo de 1º de abril de 2025, terça-feira, encerra às 16h03m, de forma oficial, a reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Muito obrigado a todos, principalmente a todas. Um forte abraço e viva a luta das mulheres! Muito obrigado! (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 16h03min.)

TEXTO SEM REVISÃO